



ST9. HISTÓRIA POLÍTICA

477

A CAMPANHA ELEITORAL PARA PRESIDENCIA DO ESTADO DA PARAÍBA DE 1912: O JOGO DO PODER E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO SIMBÓLICA

Giulianne Chrishina Barros dos Anjos¹

Resumo: Esse trabalho visa analisar a campanha eleitoral para presidência do estado da Paraíba transcorrida em 1912. Tal campanha foi revestida pelo ideário salvacionista difundido durante o governo de Hermes da Fonseca. Para além do contexto político nacional, analisamos esse processo eleitoral como parte de um momento da história paraibana marcado pela reconfiguração do poder político. Nesse sentido, buscamos perceber, por intermédio dos escritos da imprensa da época, como se deu o processo de construção e desconstrução simbólica não só dos candidatos em disputa, mas dos principais personagens que atuavam no cenário político paraibano nesse período. Objetivamos, assim, discutir sobre a política paraibana na Primeira República, a partir dessa campanha eleitoral, de forma a observar o jogo do poder em um momento em que os grupos políticos construíam-se ou reconstruíam-se, em meio ao desenrolar da campanha que se caracterizou para muito além do que se pensa sobre as eleições na República Velha.

Palavras-chave: Poder. Campanha eleitoral. Primeira República.

Francisco Joaquim do Rego Barros, candidato ao governo pelo Partido Democrata, passou a ser representado pelo jornal *Estado da Parahyba*, órgão oposicionista, como aquele que seria o libertador, o salvador do povo paraibano, dentro do contexto instaurado pelas “Salvações Hermistas”². Mas o ponto principal é o fato de que a campanha de Rego Barros foi construída com base não só no apelo ao apoio do povo, mas como sendo algo emanado do próprio povo, pois, como o jornal coloca

A candidatura do Coronel Rego Barros proclamada pelo povo subjugado, representa, mais que uma aspiração, o direito de liberdade a conquistar-se com o próprio sacrifício do sangue; não é somente um

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande, professora da rede municipal de ensino da cidade de Fagundes/PB.

² Política desencadeada durante o governo do Marechal Hermes da Fonseca, que visava a substituição nos estados dos governantes oligarcas por militares. Ver CARONE (1977).

acto de civismo a ennobrecel-o, é um dever imperioso e forte, imposto pela propria honra e pela propria vida. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 13 fev., 1912, p. 1)

O jornal democrata ao elaborar para Rego Barros a imagem de herói, passou a construir, no cenário político, a identificação entre o povo e seu “herói”. Tratava-se de caracterizar Rego Barros como o homem que estaria na linha de frente da luta contra as oligarquias, aquele que vinha, portanto, “salvar” os paraibanos da política “corrompida”, “desmoralizada” que os governava. Elaborava-se, assim, toda uma retórica que trazia novamente, para o debate político, a figura do *Salvador*, daquele “que capta em torno dele todos os fervores da esperança coletiva.” (GIRARDET, 1987, p. 66)

Mais uma vez, a oposição recorria à instituição de um “herói”, de um “salvador”, que tinha agora a missão de redimir, de expurgar da política paraibana todos os seus vícios, impingidos pela oligarquia alvarista. Neste contexto, o povo paraibano passou a ser o elemento que conferia legitimidade à campanha reguista, um povo que, para o *Estado da Parahyba*, era vítima da opressão dos alvaristas.

Mas quem seria esse “povo”? É atribuída à oligarquia alvarista a opressão, a subjugação da população da Paraíba de forma geral, mas os exemplos que o *Estado da Parahyba* comumente expunha eram de “perseguições” a correligionários dos democratas ou a pessoas que, segundo os oposicionistas, não compactuavam com a política oligarca. Assim,

uma parte da sociedade configurada em determinados grupos sociais tenta se passar por inteira, evocando algumas investidas clássicas presentes nas noções de povo, nação e massa. Estas são espécies de figuras de salvação, que funcionam principalmente em momentos de conflito ou situações nas quais se torna necessário realizar a operação simbólica de construção da idéia de totalidade. (BARREIRA, 1998, p. 124-125)

A antropóloga Irllys Barreira, em seu estudo sobre as campanhas eleitorais no Brasil, apresenta o “povo” como um elemento comumente focado como protagonista nas campanhas. Além disso, o “povo”, assim focado, é um ator político que aglutina, em torno de si, a idéia de ruptura e mudança. Partindo desse pressuposto, na visão do jornal democrata, o “povo paraibano” englobava todas as pessoas que estavam preocupadas com a mudança no comando político do Estado, que estavam preocupadas em se insurgir contra a opressão da oligarquia, pois todos, que a esta se submetiam, buscavam, na visão do jornal, simplesmente benefícios pessoais, daí que

O peso e a ignominia da escravidão a que se submeteram muitos, atrofiaram, pouco a pouco, a noção de seus direitos e o valor moral de suas individualidades!

Seguir o governo, seja de quem for e como for, é a regra do grande numero dos accommodaticios, habituados a impor-se pelas bajulações, pela passividade, pelas vilezas do servilismo, emfim.

São estas as causas retardatarias do movimento iniciado para a reivindicação de nossos fôros de homens livres, dispostos a

reconquistar a liberdade, custe o que custar, com flores ou com sangue, se a tanto nos forçar a perversidade dominante.

(...) Nossos antagonistas podem, desde já, contratar carpideiras, para acompanhar o esquife da olygarchia, se ella, n'este tempo, ainda tiver carregadores para conduzi-la á vala do esquecimento.

O Partido Democrata não vestirá luto por isto; mas dar-lhes-ha repetidos pesames. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 14 fev., 1912, p. 1)

Neste contexto, a campanha de Rego Barros era apresentada como a vontade de um povo corajoso, forte, digno frente aos desmandos oligárquicos. Idealizava-se, portanto, de um lado, um povo destemido, aglutinado em torno de um candidato que representava tudo de diferente em relação aos políticos do grupo de Epitácio Pessoa e Walfredo Leal. Rego Barros era o candidato que representava a volta da moralidade à política paraibana, ao contrário dos situacionistas, acusados de corromperem a democracia, instituindo um poder pautado na injustiça e no descompromisso com o povo.

A leitura dos jornais *A União* e *Estado da Parahyba* revela que tanto os oposicionistas, quanto os governistas, elaboraram visões de si e dos rivais, construíram seus papéis, formularam as identidades que deveriam caracterizar cada um, delimitando bem o lugar a ser ocupado por seu candidato e por seu opositor. Estabelecia-se, assim, a defesa de uma concepção política concomitantemente à destruição de outra, até porque “a construção da figura do representante é feita com o processo de desconstrução simbólica de seu opositor.” (BARREIRA, 1998, p. 44)

A legitimidade da campanha reguista era retirada, portanto, da “insatisfação popular” com os representantes da política dominante na Paraíba. Mas o apoio popular também era o alicerce da campanha alvarista, em prol de seu candidato Castro Pinto. Ocorria que o “povo” era o elemento que conferia peso às campanhas de ambos os lados. Transformado quase que em “herói”, o “povo” era o elemento fundante das duas retóricas em jogo, em disputa pelo poder político na Paraíba, apesar de ser figura ausente, muitas vezes alheia às decisões eleitorais.

Desde o início de 1912, com as eleições para o legislativo, os situacionistas justificavam o sucesso que sempre tiveram, nas urnas, enfatizando que este era o resultado do apoio irrestrito que o povo lhes dava. Diante disso, toda a campanha oposicionista era tida, por eles, como sem fundamento, pois não contava com o respaldo popular. Sendo assim, os governistas faziam questão de anular, pelas páginas do *A União*, qualquer importância política dos democratas, colocando que

Não nos domina o desespero de causa que avassala os adversarios lhes conturbando o espirito e vendo phantasmas por toda a parte a gritar - vota ou morre!

Não; o eleitor é independente e vota com o partido pela sua disciplina politica, pelo seu amor ao progresso, ao engrandecimento do Estado, guiados por esta situação bemfaseja que todo o Estado admira e louva. O bem estar de que gosamos é a força motora que conduz o eleitorado às urnas a dar o seu voto ao partido Republicano Conservador da Parahiba. (sic) (A UNIÃO, 27 jan., 1912, p. 1)

O povo, na campanha de Castro Pinto para presidente do Estado, era o elemento que conferia, ao candidato, a confiança, a esperança de que a Paraíba não deixaria de seguir o curso do progresso instaurado interruptamente pelos governos alvaristas³. Nas páginas do *A União*, o povo paraibano era representado por aqueles que estavam preocupados com a “anarquia” que os democratas estavam buscando incitar na população, por meio da pregação do “sacrifício do sangue”, do “custe o que custar”, para eleger Rego Barros. A partir disso, os governistas instituíram como mote de sua campanha a defesa da ordem, do bem-estar das famílias paraibanas, bem como da continuação do progresso. Tudo isso passava a ser os objetivos da campanha de Castro Pinto, objetivos meramente retóricos, palavras de efeito usadas para impressionar, sensibilizar e conseguir apoio.

Partindo desse pressuposto, os democratas encarnam, nos textos do *A União*, o papel de arquitetos da destruição, que só queriam a implosão da prosperidade paraibana. A campanha oposicionista era representada como a manifestação da “inveja” dos democratas diante dos sucessos contínuos dos governistas. Não conseguindo para si a soberania da vontade popular nas urnas, os oposicionistas teriam partido para a pregação da anarquia como forma de desestabilizar o governo.

Mas era, de fato, pura encenação, pois jamais os oposicionistas contaram com um apoio popular forte, que viesse a ameaçar o governo. Tratava-se apenas de criar um cenário favorável à sedimentação da idéia de que eram os governistas os protetores da paz no Estado.

Durante os dias que antecederam a primeira visita do candidato democrata, os textos do *A União* apelavam para que fosse mantida a ordem, para que a chegada de Rego Barros, na capital paraibana, não fosse motivo para manifestações de desrespeito por parte dos democratas. O jornal coloca que

Fóra dos limites em que se devem manter essas manifestações não poderá haver condescendências, mas estamos convencidos que esses limites não serão ultrapassados pois o respeito a auctoridade é um dever do homem civilizado e nós não estamos em epocha de barbaria, em que por ventura se pretendesse estultamente aniquilar o direito e a lei anarchisando a pacífica familia parahybana.

Tudo pela paz, pela ordem e pela tranquilidade dos lares. (sic) (*A UNIÃO*, 21 mar., 1912, p. 1)

Enquanto o *A União* clamava pela “paz”, o *Estado da Parahyba* conclamava todos a irem recepcionar Rego Barros. Três dias antes da chegada de Rego Barros, o jornal democrata relatou que na estação,

Em um vagon especial irão innumeras senhoritas e crianças vestidas de branco com faixas e gorros ricamente preparados com as cores nacionaes, symbolisando esse bellissimo cortejo o sentimento de patriotismo da mulher brasileira, tomando parte activa na

³ Os alvaristas, liderados por Álvaro Machado, comandavam a política da Paraíba desde 1892.

manifestação da liberdade contra a tirannia dos falsos apóstolos da Republica. Como tem se destacado em outros Estados onde se ha ferido o combate do direito contra os erros, a mulher parahybana, na vanguarda das manifestações ao salvador do povo opprimido, reveste-se dessa augusta sublimidade, que a fez superior, na vida, em todos os designios. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 19 mar., 1912, p. 1)

Os democratas recorriam, assim, a toda uma dimensão simbólica para reiterar como seus partidários estavam alinhados com o ideário salvacionista propalado pelo país. Organizar todo um cortejo vestido com as cores nacionais, além de arregimentar mulheres e crianças, fazia parte da encenação de que os paraibanos estavam envolvidos com o movimento contra a “tirania oligarca”, que se espalhava em todos os Estados brasileiros. Ao mesmo tempo em que o *Estado da Parahyba* vangloriava-se pela presença feminina na campanha reguista, o *A União* satirizava tal campanha. Neste sentido, o jornal governista diz que

os amigos do “Estado” andam, de alguns dias, comprando ganga amarella e verde para, como papagaios, se mostrarem amantes do symbolo nacional. Reduzidos a mais não poder, em numero e em qualidade, elles para figurarem de saos elementos moralisadores e apaixonados pelas coisas civicas, apparecerão aos olhos desarmados do coronel como uns pássaros pintalgados de amarello e verde, mal sabendo balbuciar, em civismos, *o meu louro, você me conhece*, dos nossos papagaios péssimos faladores...

Amanhã darão bom pasto á *vis* comica popular os *democratas* do “Estado”, tão familiares ao povinho provinciano, apapagaiados por amôr á Patria e ás instituições. (sic) (A UNIÃO, 21 mar., 1912, p. 1)

Em face da morte de Álvaro Machado, Walfredo Leal passou a ser a representação maior do passado de “glórias” da Paraíba, durante o predomínio do domínio alvarista. Neste sentido, o *A União* invocava o povo a reconhecer este passado e a continuar apoiando os situacionistas, sendo que a Walfredo

A elle que é o nosso timoneiro, em substituição ao inesquecível parahybano Senador Alvaro Machado, cujo nome é uma bandeira de honra, deve o povo parahybano affirmar como em todas as suas occasiões, a sua solidariedade, o seu apoio, confortando-o na luta pela nossa salvação. Estreitemos-nos constituindo a única força de que precisamos para impormos aos nossos adversarios, o nosso valor moral e político, assentado em um longo passado cheio de glorias e dos mais reaes serviços prestados com honradez e patriotismo á causa publica.

(...) [Walfredo Leal é] o grande obstáculo para as conquistas adversas porque representa com o Presidente Benemerito que nos governa o pensamento do partido que se mantem coheso para enfrentar os maiores embates.

União seja sempre o grito de guerra nosso a que apavora o acampamento inimigo. (sic) (A UNIÃO, 27 mar., 1912, p. 1)

A sugestiva *união*, que o jornal estatal pregava para os governistas, continuava a

ter a benção de Álvaro Machado, pois, mesmo depois de morto, ele permanecia na vigília da política paraibana, só que agora transformado em “anjo”, a interceder pelo bem do povo e a interceptar a desordem que os oposicionistas queriam instaurar no Estado. Teatralizavam, assim, mesmo em torno do falecido Álvaro Machado. A própria escolha do nome de Castro Pinto, para candidato do grupo situacionista, era classificada com uma das últimas obras de Álvaro, em prol do progresso da Paraíba, uma vez que

(...) em quanto a desordem alçava o collo, tentando planos sinistros, o anjo tutelar desta bôa terra destendia, ainda uma vez, as suas azas protectoras. No Rio de Janeiro os proceres da política nacional prestigiavam os nossos melhores elementos políticos, resolvendo-se a questão presidencial, ponto de convergência da allucinação dessa demagogia barata dos democratas.

O nome do senador Castro Pinto, esse grande nome de politico impolluto, surgiu coberto dos applausos de todos quanto amam a paz e a prosperidade da Parahyba.

Era o momento solemne de nossa vida política: em quanto o nosso inolvidável chefe o senador Alvaro Machado, cançado pelo extraordinário afan de preocupar-se com os negócios de sua terra, cahia vencido em sua preciosa saude, (...) nova columna surgia para, ao lado de um Walferdo Leal e de um dr. João Machado, vir offerecer todo o fecundo e precioso auxilio de seu apoio incondicional. Era o Ex.^{mo} Sr. Dr. Epitacio Pessôa.

(...) Si materialmente finou-se Alvaro Machado, o seu nome, a sua obra, o seu reconhecido amôr á nossa terra, ahí sobrevivem, ensinando-nos a rumar os nossos destinos, sob a egide feliz do accordo celebrado para salvar a sua política, o que importa dizer, salvar a felicidade do torrão que nos serviu de berço. (sic) (A UNIÃO, 30 mar., 1912, p. 1)

Com a morte de Álvaro Machado em janeiro de 1912, o alvo maior das críticas do *Estado da Parahyba* passou a ser outro. Não foi, no entanto, Walfredo Leal, nem tão pouco João Machado, mas sim Epitácio Pessoa⁴. Percebemos, por meio de seu jornal, que os democratas creditavam a Epitácio o papel de articulador maior da política governista, aquele que utilizava seu prestígio para fortalecer um poder enfraquecido diante do novo contexto político nacional, ou seja, o poder oligárquico diante das “Salvações Hermistas”.

A união de Epitácio com os alvaristas demonstrava, segundo os democratas, a ânsia pelo poder que sempre esteve latente no jurista e que foi retardada pela ascensão do Alvarismo em contraposição ao Venancismo, já que Epitácio era um antigo aliado de Venâncio Neiva. Em 1912, porém, Epitácio representava uma força impulsionada pela ambição do poder, que buscou se consolidar através da aliança com seus antigos adversários, postura que se desvirtuava totalmente do que o *Estado da Parahyba* pregava para alguém que havia chegado ao posto de presidente do Supremo Tribunal de Justiça, ao dizer que

Agora, porem, que o caudal politica dos acontecimentos impulsionara-

⁴ Sobre a trajetória política de Epitácio Pessoa ver o estudo aprofundado feito por Linda Lewin (1993).

se pelo inflamado patriotismo que vibrou o primeiro golpe nas oligarchias do norte, surge inexperadamente o dr. Epitacio Pessoa, maculando sua toga de juiz que se cobre com os trapos da oligarchia Machado, a qual, num surto de elevado entusiasmo e de ambição, estendeu o braço salvador, firmando com a tirannia um pacto de sangue contra os seus conterraneos oprimidos.

É deante desta monstruosidade que não eleva, nem enaltece, que os incondicionaes rendem homenagens ao novo Nero, falso amigo daquelles que abraça para feril-os de perto.

A aguia desse Warterloo que se prepara, desce de seu alto posto de sentinella avançada contra o crime, a porta do augusto templo da justiça, para confundir-se com os que deviam-lhe inspirar nojo e asco, tal a natureza da epoca que os tem em aberto scenario.

(...) A sua sêde não é de amor a patria e nem ao berço natal; é de sangue, e que elle jorre de todos os peitos onde não bata o coração do escravo e do incondicional.

(...) O valor e o patriotismo do Marechal Hermes cortarão, de certo, as azas desse condor audaz e atrevido. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 02 abr., 1912, p. 1)

Epitácio Pessoa se tornou um dos principais assuntos dos embates travados entre o *Estado da Parahyba* e o *A União*, durante a campanha eleitoral. Os debates não se davam no campo da apresentação de propostas concretas de desenvolvimento, melhoria para o Estado da Paraíba. O apoio da população, seja a Rego Barros, a Castro Pinto, ou aos políticos que os apoiavam, era invocado por meio de acusações recíprocas entre democratas e governistas. Estas acusações eram expostas, sempre, por meio de ataques retóricos, apresentados pelos jornais como referendadas pelo povo, sendo elaborados por meio de uma linguagem grandiloquente, comumente dramática. Daí que na defesa de Epitácio Pessoa, feita pelo *A União*, o jornal o coloca como o defensor-mor da família paraibana, pois

Distanciado da política, absorvido por tão altas cogitações, para ella voltou-se em bem da harmonia da família parahybana e, enquanto os carbonarios atassalham-lhe a reputação diamantina, as mães, os paes de familia, agradecem-lhe o beneficio inestimavel de sua intervenção em nossos negocios publicos.

Que importa as loucas investidas dos despeitados si mil bençãos sobem ao espaço, em louvor ao parahybano que veio para os seus patricios, n'um momento de angustia, para salv-o no amplexo do amor, da paz e da concórdia?

(...)Elle quer sangue, trabalhando pela paz, e o que desejam e aspiram os carbonarios, que organisaram levas de cangaceiros para o saque ás povoações pacificas inermes do interior?

O que desejam e aspiram os que escreveram as portas de nossos correligionarios, com ameaças de dynamite, kerozene e forca nos lampeões das vias publicas? (sic) (*A UNIÃO*, 04 abr., 1912, p. 1)

Epitácio Pessoa aparecia, no jornal estatal, como aquele que, mesmo tendo toda uma carreira bem sucedida na capital federal, se voltava para seu Estado natal, com o intuito de usar seu prestígio para amparar os paraibanos diante da desordem que ameaçava as famílias, que preocupava aos cidadãos ordeiros. Assumia, portanto, um

status de “salvador”. Os governistas instituíram, no âmbito da retórica, um novo “salvador” para o povo paraibano, para defendê-lo das ameaças de seus antigos “algozes”, ou seja, os democratas.

O *A União* utilizava as críticas feitas a Epiácio Pessoa, pelo *Estado da Parahyba*, e o rebate que fazia a elas, para demonstrar e arregimentar continuamente o apoio popular para os situacionistas, para os que dizia estarem salvaguardando a paz e não a pregação da desordem. Os governistas diziam que, como homens de bem que eram, contavam com o apoio da população atenta a tudo que vinha se passando. Em editorial, o jornal coloca que

Os homens de responsabilidade da Parahyba, os seus filhos que anhelam o seu progresso de sua terra, querem paz.

O governo do Estado, identificado com os seus interesses vitais, que jamais tem poupado esforços e sacrifícios para a manutenção da ordem pública, nunca descurando de impulsionar o progresso de nossa terra, como está no domínio da opinião pública, quer a paz.

Sangue desejam aqueles a quem aproveita a perturbação da ordem; sangue querem os pescadores de águas turvas; sangue querem os carbonários que mandam seus correligionários distribuir em boletins na praça pública, nas ruas, nas esquinas, julgando assim exaltar o povo, exaltar o espírito público, provocar a sedição, a conspiração ou a revolução contra os poderes constituídos do Estado.

O nosso programa, o nosso escopo desde 1892 até hoje tem sido pregar a paz, porque somente com ella poderemos chegar ao fim que desejamos obter e que é um consequencia feliz que emana da vida normalisada deste pedaço de nossa Patria - a PROSPERIDADE, desdobrando-se pela acção conjuncta de todos os ramos da actividade humana. (sic) (*A UNIÃO*, 04 abr., 1912, p. 1)

Percebe-se, portanto, que os dois grupos políticos, governistas e opositoristas, acusavam-se mutuamente de desejarem o confronto, a conflagração entre os paraibanos. Os democratas apresentavam a opressão, exercida pelos oligarcas, como a causa da intranquilidade, do sofrimento de muitos paraibanos, despojados de direitos, perseguidos em seus empregos, se tivessem orientação política divergente da governista. Essa opressão era apresentada como o motivo desses paraibanos se insurgirem contra o jugo oligarca, apoiando a candidatura Rego Barros.

Já para os governistas, os democratas alardeavam, aos quatro cantos, perseguições que não existiam, sendo que, governo após governo, a Paraíba vinha ganhando melhoramentos, como estradas de ferro e o recém-inaugurado sistema de abastecimento de água da capital. De fato, era bem mais fácil para os governistas alegarem representar o “progresso”, a “prosperidade” para a Paraíba, uma vez que detinham a máquina pública. Todas estas afirmações, de parte a parte, produziam um teatro sedimentado em torno do papel do “salvador”, do “herói”. A campanha eleitoral se desenrolava sobre um palco movediço, que diante de qualquer deslize poderia pender e favorecer o lado dos opositores. É justamente neste contexto, “nesses momentos de desequilíbrio, de incerteza ou de conflito que estão cronologicamente situados os apelos mais veementes à intervenção do herói salvador.” (GIRARDET, 1987, p. 89)

O fato de Rego Barros aparecer como o “salvador” contra a “opressão oligarca”, na visão dos democratas, e Epitácio Pessoa o “salvador” contra a desordem, a anarquia no Estado, na visão governista, revela como o papel do “herói” é elaborado de acordo com as circunstâncias históricas do momento de sua produção, pois

Todo processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. O mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência. (GIRARDET, 1987, p. 82)

Neste sentido, para os democratas, interessava salientar o contexto nacional de questionamento ao poder das oligarquias. Daí a preocupação de delegar a Rego Barros o papel de “moralizador”, de “restaurador” da política na Paraíba. Já para os governistas, o alicerce para a edificação do “salvador” Epitácio Pessoa era a defesa da ordem, do progresso, da paz no Estado. Eram estas retóricas que encorpavam os textos dos jornais, em meio à constante troca de acusações de lado a lado.

A todo esse debate, que vinha se desenrolando desde os primeiros meses da campanha, somou-se, a partir de abril, a intensificação das discussões em torno da participação do presidente Hermes da Fonseca no processo eleitoral paraibano. Os dois grupos políticos deixavam entrever, em seus jornais, que contavam com o apoio do presidente, os democratas o invocavam abertamente, os governistas implicitamente. Era um apoio fundamental diante do contexto político no momento, daí os dois grupos teatralizarem em busca dele, ou seja, construírem todo um jogo de cenas para demonstrar o merecimento deste apoio e justificar o seu recebimento. Assegurar aos leitores que tinham o apoio, a confiança de Hermes da Fonseca, era a forma utilizada pelos políticos também para demonstrar força e que eram os que melhor governariam a Paraíba.

O *Estado da Parahyba* enfatizava que Hermes da Fonseca, acima de tudo, mantinha-se fiel ao seu programa político, entendido aqui principalmente como o compromisso de apoiar a ascensão de militares no governo dos Estados. Sendo assim, para o jornal oposicionista, cabia somente aos democratas o apoio do presidente, haja visto que eram eles que defendiam o candidato militar ao governo da Paraíba. No entanto, durante todo o desenrolar da campanha, não visualizamos nenhuma ação consistente do governo federal em favor da candidatura de Rego Barros, algo que poderia ter sido fundamental para a vitória do militar. Pelo contrário, o apoio dado, com o desenrolar dos acontecimentos, acabou sendo ao grupo de Epitácio Pessoa.

Os governistas teatralizavam, a seu modo, em torno do apoio de Hermes da Fonseca. Compreendemos que não reivindicavam abertamente o apoio do governo federal, para não dar margem a especulações acerca do controle do governo de João Machado sobre a ordem pública no Estado. Mas, ao mesmo tempo, faziam questão de se colocarem como aliados do presidente da República, destinando a Epitácio Pessoa o posto de maior proximidade com o governo federal. Sendo assim, assumindo o papel de

aliados de Hermes da Fonseca, os partidários de Epitácio Pessoa afirmavam implicitamente que se o presidente viesse a intervir nos assuntos políticos da Paraíba, seria de comum acordo com os governistas. Não pediam apoio, mas se este tivesse de vir seria para eles.

Para os democratas, restava o descrédito político, o insucesso da campanha reguista, que não contava com eleitores, nem com o apoio do governo federal. No entanto, o *Estado da Parahyba* transparecia entusiasmo pela segunda visita do candidato democrata à Paraíba, relatando a satisfação popular na sua recepção e salientando que

A dor, nas suas eternas variantes, tem também a sua sublimidade e os seus transportes que atraem, dignificando-a. O povo, portanto, cansado de supportar o jugo desses governos que tem feito a sua infelicidade, experimentou ante hontem, confiando no valor moral e nas energias do emérito Coronel Rego Barros, uma satisfação indescriptivel, esquecendo o martírio de muitos annos, sem direito, sem justiça e sem liberdade. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 20 abr., 1912, p. 1)

Mais uma vez, o povo é invocado no texto jornalístico para referendar a idéia de que Rego Barros é o melhor para a Paraíba, e para consubstanciar o discurso de que o candidato democrata representa, no cenário político estadual, a garantia do respeito à cidadania, à justiça e à liberdade dos paraibanos. Ou seja, recorrer ao “povo”, ao apoio popular a Rego Barros, era pura retórica, jogo de palavras para impressionar e criar um ambiente favorável à campanha reguista.

O discurso de Rego Barros se caracterizou por repetir as teses defendidas diariamente pelo *Estado da Parahyba*, ou seja, a luta que travavam contra os oligarcas e em favor dos cidadãos oprimidos. Segundo o jornal, Rego Barros

Disse, que os mystificadores oligarchas, não conseguirão jamais os seus intuitos, illudindo o povo em proveito de seus inconfessáveis interesses; e que a sua honra de militar e cidadão ficava naquelle momento empenhada pela victoria da causa da democracia contra a escravidão de quatro lustros, pesados de mais para o brio e o character de seus conterrâneos vilipendiados e escarnecidos á vontade suprema dos despotas covardes.

As ultimas palavras do insigne e brioso militar foram interrompidas por palmas e vivas acclamações.

(...) Disse que o seu desejo não era outro senão trazer aos seus concidadãos um governo de paz e de tolerância, não guardando ódio e prevenções, que a política exclusivista cabe as oligarchias, que não se formam somente com familias mas com poucos amigos; e terminou brindando a commissão executiva do partido ao lado da qual estava a sua propria vida. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 20 abr., 1912, p. 1)

Percebe-se, aqui, claramente o teor dramático do discurso da campanha, ao ser colocada em contraposição à prepotência, ao despotismo dos oligarcas, a honra de militar de Rego Barros, sedimentada na prestação de serviços pelo Brasil, que muitas

vezes o levava a por sua vida em segundo plano. Rego Barros representava, no roteiro escrito e encenado pelos democratas, o homem, o político que não temeria ameaças à sua própria vida pelo bem do Estado. Vê-se, portanto, o jogo de cenas pelo poder, montado a partir da diferenciação dos papéis dos protagonistas políticos. A diferenciação feita entre Rego Barros e os governistas, no entanto, nunca atingia o candidato da situação, ou seja, Castro Pinto, era sempre feita em relação a nomes como João Machado, Walfredo Leal e Eptácio Pessoa.

Castro Pinto, nas poucas vezes que aparecia nos combativos textos do *Estado da Parahyba*, era sempre representado como o membro do grupo situacionista posto ao “sacrifício” diante do insucesso que o Partido Republicano Conservador teria nas urnas. Em geral, ele era o “senador iludido”, convencido a ser o candidato do grupo que só se preocupava com os seus interesses pessoais. As críticas, ferrenhas de fato, nunca eram dirigidas a Castro Pinto e isso era usado pelo jornal *A União* para afirmar que até mesmo os democratas reconheciam o valor do candidato da situação, pois

É verdade que espíritos impacientes, ligados a desconhecidos interesses, defendem em “Seções Alheias”, a candidatura do sn. Rego Barros, apresentando-a como uma fatalidade da época, como uma necessidade inadiável da vida nacional, condemnando d’est’arte, indirectamente, a apresentação do Senador Castro Pinto.

Mas, se não ousaram repudiar, essa apresentação, franca e abertamente, é porque respeitam o candidato; se não ousam discutil-a sem rodeios, é porque julgam-no digno do cargo, e, em taes condições, claro está, que a nossa escolha foi acertadissima, de accordo com os melhores principios da política moderna, que ensina aproveitar o merito e a virtude d’aquelles que souberam conquistar a confiança popular, a estima de seus contemporaneos. (sic) (A UNIÃO, 17 abr., 1912, p. 1)

Os governistas retiravam do próprio discurso democrata elementos para elaborar o papel a ser desempenhado por Castro Pinto, na campanha eleitoral. Ele representava o candidato impoluto, inteligente, repleto de qualidades, mas que, no entanto, não teve uma participação atuante na campanha. Era o candidato, mas nem de longe foi um dos protagonistas do processo eleitoral.

A campanha de Castro Pinto, apesar deste nunca ter vindo à Paraíba durante o processo eleitoral, também contou com a realização de manifestações públicas de apoio, como foi o caso da instalação da Liga Pró-Castro Pinto. O relato da festiva reunião dos membros da Liga enfatizou o grande número de pessoas que estariam presentes no evento, termômetro para a medição do apoio popular ao candidato Castro Pinto. O *A União* informou que

Outros testemunhos nos faltassem, de modo de sentir da opinião a respeito da causa a que nos batemos - a Parahyba livre, fugindo aos planos sinistros dos mashorqueiros e o incomputavel numero de pessoas que se apinharam ante-hontem no Santa Rosa seria sufficiente para nos encorajar e levarmos avante a campanha que iniciamos de defesa á ordem publica, á paz que sempre reinou no Estado, aos principios de sua constituição, dos quaes nunca nos apartamos.

O local designado para a eloquentíssima festa cívica, que outra coisa não foi a reunião de ante-hontem, apresentava uma característica empolgante: aos efeitos da luz, nas cores da ornamentação, nas vestes das nossas distinctíssimas patricias que ocorreram a abrilhantar reunião, levando o testemunho irrefutável de sua solidariedade á causa da legalidade e do povo, juntava-se a impressão de incontido contentamento que cada um sentia por ver de que forma eram abraçadas pela Parahyba em peso, as suas próprias crenças políticas, os seus mais puros augúrios de patriotas. (sic) (A UNIÃO, 03 maio, 1912, p. 1)

O jornal do governo difundia, portanto, a crença de que o ideário da campanha de Castro Pinto consubstanciava-se com o sentimento que a esmagadora parcela dos paraibanos nutria com relação ao futuro do Estado, ao instarem impacientes pela vinda de um tempo de paz e progresso. A campanha pode claramente ser percebida, portanto, como “um ritual de construção da representação envolvendo a apresentação de princípios e personagens capazes de encarnar os ideais de uma comunicação entre o campo social e o campo político.” (BARREIRA, 1998, p. 39) Buscava-se, assim, criar um elo de identificação entre candidato e povo, pois o texto que Castro Pinto endereçava aos paraibanos alicerçava-se também na invocação da paz e do progresso. Foi a única fala do candidato que encontramos nas páginas do *A União*.

O mesmo texto foi publicado, algumas vezes, durante o mês de maio até a eleição em 22 de junho. A fala de Castro Pinto não carregava o mesmo tom, pesado do jornal *A União*, não apontava diretamente críticas a ninguém, sendo interessante quando ele diz que

Não preciso declarar que terminada essa campanha em torno das urnas, não procurarei senão fomentar o progresso da pequena pátria parahybana onde a necessidade fundamental é a paz e a ordem á sombra da lei, para todos e para cada um, nacionaes ou estrangeiros, sem privilegio outro que não seja inilludível e insophismavelmente o merecimento da causa em litigio perante o futuro governo do Estado, sem me honrarem com essa investidura.

Isso não importa, é claro, da minha parte, a mais ligeira disciplina na politica parahybana, a qual se acha agora e há de ficar exclusivamente sob a direcção dos chefes consagrados e queridos, sob cujo patrocínio a Parahyba tem conseguido escapar a mais temerosa das anarchias e a mais deplorável das situações. (sic) (CASTRO PINTO apud A UNIÃO, 16 maio, 1912, p. 1)

Castro Pinto enfatizava, assim, que seu papel enquanto presidente da Paraíba seria o de administrar e conduzir o Estado em um caminho de prosperidade, se abstendo de interferir nas discussões políticas partidárias. Reconhecia, desta forma, a supremacia dos “chefes consagrados”, ou seja, Walfredo Leal e principalmente Eptácio Pessoa, na tomada de decisões do partido.

Percebemos que havia uma total falta de debate entre os candidatos propriamente. O que pudemos observar é que a campanha de 1912 ao governo da Paraíba caracterizou-se por construir os papéis que os principais nomes políticos

paraibanos iriam desempenhar dai em diante, ou seja, a ascensão de Epitácio Pessoa a líder político do Estado e a progressiva decadência política de antigos líderes como Walfredo Leal.

Para além disso, percebemos, com este estudo específico, como as campanhas eleitorais são elaboradas a partir da recorrência a uma ampla rede de símbolos, símbolos que constroem ou reativam “vínculos, o que se faz a partir da valorização dos discursos realçando a importância do voto e dos critérios de escolha.” (BARREIRA, 1998, p. 43) Havia na República Velha, como há até hoje, a necessidade de se apresentar o candidato, de dotá-lo das características necessárias para ser reconhecido como o melhor nome para determinado cargo político. Isso era feito por situacionistas e oposicionistas incansavelmente na Paraíba em inícios do século passado, independente das tramas articuladas em surdina.

O processo de apresentação do candidato visa, a todo o momento, atingir os eleitores, de forma que sejam criados laços, vínculos entre eleitor e candidato que legitimem a candidatura deste último. Nosso estudo pode mostrar muito além das mudanças na cúpula política paraibana, pois as disputas eleitorais realçam, publicizam práticas e crenças presentes no cotidiano das pessoas. Por mais que as eleições na República Velha fossem direcionadas muito mais a partir dos interesses privados dos chefes políticos, do que dos interesses públicos, as campanhas políticas transcorriam em meio a fortes embates entre os grupos em disputa. Tais embates, diariamente travados por intermédio da imprensa, inseriam-se no processo de construção das candidaturas, refletindo formas de ver e compreender não só a política, como a sociedade paraibana em geral.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Giulianne Chrishina Barros dos. *A Revolta de Augusto Santa Cruz: drama e política na PARAHYBA (1911-1912)*. Dissertação de mestrado defendida junto ao PPGH da Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Trad. Luiz Tupy Caldas Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARREIRA, Irllys. *Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política (1889-1930)*. 3 ed., Rio de Janeiro: Difel, 1977.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Trad. M^a Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP)

Jornal O Norte (1911) e Jornal Estado da Parahyba (1911 – 1912)

REGO BARROS, José Joaquim do. Discurso. IN: *Estado da Parahyba*, 11 maio, 1912, p. 1.

Arquivo do Jornal A União

Jornal A União (1911)

Arquivo Público do Estado da Paraíba (Fundação Espaço Cultural da Paraíba-FUNESC)

Jornal A União (1912)

CASTRO PINTO, João Pereira de. Aos meus correligionários. IN: *A União*, 16 maio, 1912, p. 1.